

RÁDIO, EXTENSIONISMO TÉCNICO E COMUNIDADES RURAIS INTERAGINDO EM ONDAS SONORAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Sibele Fausto¹

Gustavo de Fausto Martins²

Elton Luiz Valente³

Resumo:

A alta complexidade tecnológica que emergiu no bojo do modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade industrial determina, para os pequenos produtores rurais, a gradativa perda de sua prerrogativa sobre seus meios de produção, deixando-os mais dependentes da assistência técnica e tirando seu poder de decisão sobre sua efetiva capacidade de sobrevivência, devido à dificuldade de dominar e entender os conhecimentos técnicos atuais. O presente trabalho descreve a proposta de metodologia de uma ação comunicativa, educativa e de divulgação através de mídia sonora – um programa de radiodifusão – direcionado a pequenos produtores rurais e agricultores familiares, envolvendo uma rede de profissionais Extensionistas atuando diretamente com esse público rural, representando a capilaridade, o alcance e a interação de um ambiente real análogo à rede virtual, e onde ao invés de bits circulam ondas sonoras disseminando e compartilhando conhecimento e inteligência social para promover o Desenvolvimento Sustentável.

Introdução

O modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade industrial orientada para o alto desempenho dos meios e processos produtivos impulsionou a evolução da técnica e das tecnologias, e ao mesmo tempo em que gerou um progresso científico e tecnológico sem precedentes na humanidade, culminando com a globalização de mercados e gerando desenvolvimento e riqueza inimagináveis em outros períodos históricos, também determinou duas

consequências sérias que impõem seu enfrentamento pela sociedade:

- A alta complexidade tecnológica perpetrada pelo modelo não é acompanhada pela formação e capacitação técnica dos contingentes humanos necessários, devido às deficiências do sistema educacional, e gerando a exclusão social em fenômenos como o “analfabetismo funcional”, o “analfabetismo digital” e o “analfabetismo científico”, agravando a desigualdade na distribuição das riquezas geradas por tal modelo;

- A produção e consumo cada vez maiores exigidos por esse modelo de desenvolvimento colocam em risco o que ainda resta do meio ambiente saudável no planeta e faz surgir graves questões ambientais.

A complexidade de tal realidade exige uma nova cosmovisão, novos conceitos, novas posturas e instrumentos práticos – procedimentos e diretrizes - para dar respostas a essas questões prementes. Surgem então novos conceitos como a noção de Desenvolvimento Sustentável, traduzindo um modelo de desenvolvimento global que incorpora os aspectos ambientais e sua complexidade no modelo de desenvolvimento sócio-econômico.

Imbricados nessa nova abordagem, outros novos conceitos, forjados pela realidade complexa verificada, surgem e são disseminados: a noção de transdisciplinaridade e diversidade, de multidimensionalidade e de interação dos fenômenos, a necessidade da recomposição dos saberes e das ações de âmbitos antes não devidamente considerados, como o educativo, o psicossocial, o comunicacional. Tais novos conceitos convergem na ideia da sociedade em rede, que ganha destaque como modelo dinâmico, dialógico e participativo, e que substituirá aquele tradicional ainda vigente, de estrutura piramidal e baseado na linearidade e ascendência.

Essa nova abordagem envolvendo noções como rede, complexidade, diversidade e interação disseminam-se em várias áreas e direcionam sua resignificação para o enfrentamento dos desafios impostos pelo contexto atual.

Na área das Ciências Agrárias, Roling (1996) introduz o conceito de ciência agrícola interativa, que constitui-se em um processo multidisciplinar, havendo interação entre os diferentes atores e contribuição do conhecimento local, ao contrário da ciência agrícola convencional, caracterizada por uma epistemologia positivista-funcionalista, baseada nas intervenções de natureza estreitamente técnicas, que exigem o domínio de conhecimentos especializados cada vez mais complexos. Os pequenos produtores rurais, não conseguindo dominar esses conhecimentos, tornam-se cada vez mais dependentes da assistência técnica e perdem sua prerrogativa sobre sua efetiva capacidade de

1 Bibliotecária pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Pós-graduanda em Divulgação Científica no Núcleo José Reis, ECA-USP

2 Graduando em Engenharia Agrônoma na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo

3 Engenheiro Agrônomo, Mestre e Doutor em Ciências do Solo pela Universidade Federal de Viçosa. Docente do Instituto Federal de Minas Gerais, campus São João Evangelista

sobrevivência.

As peculiaridades da área agropecuária, em que se verifica uma rica diversidade de atividades produtivas, determinam dificuldades na disseminação de informação para produtores rurais e sua utilização nas unidades de produção, tornando a existência dos serviços de extensão técnica essenciais (FREIRE, 1991).

No Brasil, a assistência técnica no meio rural ocorre de forma sistemática e oficial desde o fim da década de 40, sob a política desenvolvimentista do pós-guerra, tendo sua trajetória marcada por diferentes fases e pela heterogeneidade de sua implantação⁴ nos Estados da Federação (CAPORAL, 1998 *apud* SILVA, 2009), sob a forma de Empresas Estaduais de Ater – as Emater, até sua extinção em 1990 no Governo Collor de Mello, sob a política neoliberal do Estado Mínimo, cessando ou diminuindo consideravelmente a participação financeira do Governo Federal, levando as Emater a dependerem das políticas e das condições financeiras dos respectivos estados, além da influência dos interesses políticos locais sobre os destinos das entidades oficiais de Ater, que chegaram mesmo ao desmonte em alguns Estados (BRASIL, 2004).

Em 2003, o Governo, através da Secretaria de Agricultura Familiar, subordinada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), estabelece a “Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural”, em cumprimento à Constituição Federal de 1988 e à Lei Agrícola de 1991, que determinam que a União mantenha serviços de Ater pública e gratuita para os pequenos agricultores, comprometendo-se “[...] a atender as necessidades da agricultura familiar, de forma coerente com as estratégias de desenvolvimento do país [...]” (BRASIL, 2004, p.5), e em 11 de janeiro de 2010 é sancionada a Lei n. 12.188, instituindo oficialmente a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER (BRASIL, 2010).

Para Martins da Silva (2006), estas iniciativas

ocorrem

[...] no momento em que o imperativo socioambiental, as novas exigências da sociedade e o desafio de apoiar estratégias de desenvolvimento sustentável, convergiam para a necessidade de implantação de uma renovada e duradoura política de Assistência Técnica e Extensão Rural (MARTINS DA SILVA, 2006, s/p).

Esta nova política prevê em seus princípios e diretrizes uma profunda transformação dos aparatos públicos de Ater e de sua prática convencional tradicionalmente baseada na *Teoria da Difusão de Inovações*, com ações comunicativas de caráter unilateral, de transferência e reprodutivo, e induz os serviços de extensionismo técnico a introduzir novos conceitos e novas práticas para que possam atender às novas exigências da sociedade (BRASIL, 2004).

A nova visão da realidade, propondo o reordenamento e a recomposição dos saberes e das ações nos diferentes âmbitos, promovendo uma interação dialógica e participativa entre os atores envolvidos, aponta novos cenários para as questões acima elencadas. No meio rural, ganham relevância as ações comunicativas e educativas, antes baseadas no modelo difusionista de tecnologia e inovação, caracterizado por um fluxo de informações unilateral e linear (fonte → emissão → recepção → ouvinte), alheio à realidade e ao cotidiano da população rural, e agora teoricamente fundamentadas nas noções de complexidade, interação e de redes (CALLOU; BRAGA, 2005).

Nesse contexto, propomos uma ressignificação das ações e relações entre a mídia de comunicação preferencial da população rural – o rádio (GAMEIRO, 2004; GATO et al, 2009; MALAQUIAS, 2002; SILVA, 2006) envolvendo os Extensionistas Técnicos e os pequenos produtores e agricultores familiares num novo relacionamento, mais participativo e interativo, indutor de processos de transformações básicas (sociais, culturais, educacionais, políticas e econômicas) internamente nas comunidades rurais e direcionado para o desenvolvimento rural sustentável.

2 Objetivo

Proposta de uma metodologia para programas de rádio tendo como público-alvo comunidades rurais, como pequenos produtores e agricultores familiares, resgatando o trabalho dos Extensionistas Técnicos e aproveitando as redes existentes de assistência técnica das Emater, destacando a relevância da mídia Rádio para a divulgação técnica no meio rural, sob uma nova

4 A Assistência Técnica Rural – Ater, surgiu em 1948 como um serviço privado ou paraestatal, apoiado por entidades públicas e privadas. Em 1956, com o apoio do Governo Juscelino Kubitschek, foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, como um Sistema Nacional articulado com Associações de Crédito e Assistência Rural nos estados. Nos anos de 1970, o serviço foi estatizado pelo Governo Ernesto Geisel, implantando o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – Sibrater, coordenado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - Embrater e executado nas unidades da Federação pelas Empresas Estaduais de Ater, as Emater (BRASIL, 2004).

abordagem paradigmática de redes, com a atuação efetiva de profissionais extensionistas como interface entre o rádio e o ouvinte rural.

3 Metodologia

Nessa proposta, visando o desenvolvimento de metodologia para programas de rádio participativos e interativos direcionados a comunidades de agricultores familiares e pequenos produtores, é imprescindível a atuação dos técnicos extensionistas das Empresas Estaduais de Assistência Técnica Rural – as Emater. Nesse projeto, propomos a aplicação piloto dessa metodologia na Emater de Minas Gerais, vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A Emater-MG existe desde o início das políticas nacionais de Ater, em 1948, e tem uma trajetória consolidada. Atualmente conta com uma extensa rede de assistência técnica espalhada pelo território mineiro, estando presente em 785 dos 853 municípios, numa cobertura de 92% do território do Estado (EMATER-MG, 2010).

Além disso, a Emater-MG possui expressiva experiência com radiodifusão, inclusive mantendo uma coordenadoria específica para tratar dessa mídia de difusão (TORRES et al, 2002), o que torna a Emater-MG um *locus* privilegiado para a testagem e validação dessa proposta de metodologia.

Nessa metodologia, os extensionistas espalhados pelas diferentes comunidades rurais atuam como agentes de interface entre o conteúdo veiculado nos programas de rádio e o público-ouvinte. Os extensionistas, tradicionalmente atuando na linha de frente junto à população rural, realizam uma comunicação face a face privilegiada (CALLOU; BRAGA, 2005), difícil de ser substituída pelas novas mídias e tecnologias de comunicação, dada a precariedade da infraestrutura de telecomunicações que, a despeito dos esforços oficiais para proporcionar maior acesso digital à população, ainda persiste nos territórios rurais (SILVA, 2006).

No contato concreto e cotidiano com a realidade dos agricultores e seus familiares (população rural), numa interação dialógica, os extensionistas promovem a construção conjunta e participativa das pautas a serem veiculadas nos programas radiofônicos, envolvendo diretamente o público-alvo, os agricultores familiares.

Sabemos que a proposta dessa metodologia envolve uma nova postura na atuação extensionista, e implica todo um trabalho de ressignificação das práticas de extensionismo técnico ainda vigentes, mas conforme já adiantamos na Introdução, essa metodologia tem pleno

embasamento na atual política oficial de reordenamento prevista no novo “Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural” (BRASIL, 2004) e na Lei 12.188 (BRASIL, 2010).

Mais animador é constatar também que o meio acadêmico de formação desses Extensionistas está reconhecendo as mudanças paradigmáticas em causa e assumindo os novos pressupostos epistemológicos propostos por Roling (1996) para as Ciências Agrárias, como se verifica em trabalhos publicados recentemente (LIMA; PINHEIRO, 2010; KREUTZ; PINHEIRO, 2007; PINHEIRO; DE BOEF, 2007; SCHWENGBER et al, 2007).

Inclusive, em relação à radiodifusão rural, surgem trabalhos críticos do modelo vertical e unilateral de transmissão de conteúdos que por longo tempo vigorou (e ainda vigora) na Comunicação Rural (ARAUJO, 1991; TORRES et al, 2001), e mesmo verificam-se algumas iniciativas no uso da mídia sonora como instrumento de comunicação e divulgação técnica na nova abordagem, envolvendo maior participação e interatividade da população rural (RIBEIRO et al, 2009; SANTOS et al, 2006).

4 Resultados esperados

Como resultados esperados, essa metodologia, além de destacar e reafirmar a relevância da mídia rádio no meio rural como uma ferramenta privilegiada para as ações comunicativas, educacionais, de divulgação e de integração social, também espera relevar e ressignificar a figura do Extensionista Técnico, numa nova postura profissional, participativa e comprometida com o respeito e a integração à pluralidade, às diferenças regionais, à diversidade socioeconômica e ambiental existente no meio rural, e capacitados para o desempenho de ações educativas, atuando como animadores e facilitadores de processos em busca da sustentabilidade e da construção coletiva do conhecimento e da inteligência social, com esses processos gerando as pautas a serem veiculadas no programa de rádio, cujas transmissões serão ondas numa rede social, não virtual e abstrata, mas concreta e real.

5 Considerações finais

Este trabalho foi uma tentativa de convergência dos pressupostos da abordagem da sociedade em rede como modelo dinâmico, dialógico e participativo no ambiente das questões rurais. Os estudos sobre essa temática majoritariamente focam as novas tecnologias de comunicação e informação como premissas básicas para

a existência da sociedade em rede. Entretanto, há que se considerar aqueles ambientes que, devido a contingências variadas, entre elas a insuficiência de infraestrutura adequada para a tecnologia digital, apontam a necessidade de alternativas factíveis para o devido acompanhamento da nova abordagem - válida e merecedora de estímulo e disseminação por seu potencial transformador da sociedade.

No meio rural brasileiro, os esforços para a disseminação e inclusão às redes digitais devem persistir, mas alternativas paralelas, de articulação de redes sociais interativas reais entre os diversos atores envolvidos devem ser estimuladas, e aqui mostramos essa possibilidade através de uma mídia como o rádio, que aliada à ação dos Extensionistas Técnicos, por sua comunicação privilegiada, face a face, com a população rural, representa a capilaridade, o alcance e a interação de um ambiente real análogo à rede virtual, e onde ao invés de *bits* circulam ondas sonoras disseminando e compartilhando conhecimento e inteligência social para promover o Desenvolvimento Sustentável.

Referências bibliográficas

ARAUJO, José Geraldo Fernandes de. **Comunicação rural, o rádio na opinião dos seus programadores e receptores**. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes. 240 p. [Online]. Disponível em: <http://lakh.unm.edu/handle/10229/82577>. Acesso em 28.fev.2011.

BRASIL. Lei n. 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 jan. 2010. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm. Acesso em 05 mar. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004. [Online]. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/Pnater.pdf>. Acesso em 01 mar.2011.

CALLOU, Ângelo B.F.; BRAGA, Brenda. Estratégias

de Comunicação para o Desenvolvimento Local: uma experiência governamental em Pernambuco, Brasil. **Revista UNIRcoop**, v. 3, n. 1, p. 177-191, 2005. Disponível em: [http://www.unircoop.org/unircoop/files/revue/Release/article_8\(1\).pdf](http://www.unircoop.org/unircoop/files/revue/Release/article_8(1).pdf). Acesso em 28 fev.2011.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (EMATER-MG). Homepage. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br>. Acesso em 30 mar.2011.

FREIRE, Isa M. Barreiras na comunicação da informação tecnológica. **Ciências da Informação**, v.20, n.1, p. 51-54, jan./jun. 1991.

GAMEIRO, Mariana B.P.; GAMEIRO, Augusto H. O rádio no desenvolvimento socioeconômico da Agricultura: uma alternativa ao processo de exclusão na era da internet. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA E RURAL - SOBER, 42, 2004, Cuiabá, MT. **Anais...** Cuiabá: SOBER, 2004. [Online]. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/13O545.pdf>. Acesso em 28 fev.2011.

GATO, Rubenise F.; MATOS, Lucilda M.S. de; KATO, Osvaldo R.; AZEVEDO, Célia M.B.C. de; CERQUEIRA, Juliana G.; CERQUEIRA SEGUNDO, Eduardo F. Agricultores familiares: demanda de Informação Agropecuária para melhoria da unidade de produção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO, 23, 2009, Bonito, MS. **Anais...** Bonito, MS: FEBAB, 2009. [CD-ROM].

KREUTZ, Ivar J.; PINHEIRO, Sergio L.G. A extensão rural e os desafios da perspectiva agroecológica. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, fev. 2007. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/seeragroecologia/ojs/viewarticle.php?id=449&layout=abstract>. Acesso em 28.fev.2011.

LIMA, Marcos A.A.; PINHEIRO, Joaquim A. P. Extensão Rural no Brasil: novos caminhos, novos desafios? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010, Campo Grande, MT. **Anais...** Campo Grande, SOBER, 2010. [Online]. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/1015.pdf>. Acesso em 05 mar. 2011.

MALÁQUIAS, E.M.M. Rádio e desenvolvimento local. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25, 2002, Salvador, BA. **Anais...** São

Paulo: Intercom, 2002. [CD-ROM; Online]. Disponível em: <http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/handle/1904/18881>. Acesso em 02 mar.2011.

MARTINS DA SILVA, Argileu. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: avanços e desafios. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7. , 2006, Quito, Equador. **Anais...** Quito: ALASRU, 2006.

PINHEIRO, Sérgio L.G.; DE BOEF, Walter. Pesquisas participativas “para” e “com” comunidades rurais: Caminhos diferentes para a construção socio-ambiental de conhecimentos agroecológicos. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 2, out. 2007. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/seeragroecologia/ojs/viewarticle.php?id=1931&layout=abstract>. Acesso em 28 fev. 2011.

RIBEIRO, V.S.; MATTOS, J.L.S.; LAFORGA, G.; SILVA, C.L.; RAMBO, J.R.; WINCK, B.R.; OLIVEIRA, J.C.S. Programa de rádio “Agronomia no Campo: Agroecologia e Cultura Cabocla em Questão” empoderando a agricultura familiar na região de Tangará da Serra – MT. In: CONGRESSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - CONEX, 4; FÓRUM REGIONAL DE EXTENSÃO, 1, 2009, Dourados, MS. **Anais...** Lavras: UFLA, 2009. [Online]. Disponível em: <http://www.proec.ufla.br/conex/ivconex/arquivos/trabalhos/a124.pdf>. Acesso em 02 mar. 2011.

ROLING, Niels G. Towards an Interactive Agricultural Science. **European Journal of Agricultural Education and Extension**. v. 2, n. 4, p. 35-48, 1996.

SANTOS, João A.N. dos; ARAÚJO, Manoel M.; BACCHI, Alduir; CENTENARO, Elias D.; FURTADO, Sérgio M.; SILVEIRA, Tiago M.T. da. Projeto de radiodifusão e desenvolvimento rural. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 1, n. 1, nov. 2006. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/seeragroecologia/ojs/viewarticle.php?id=130&layout=abstract>. Acesso em 28 fev. 2011.

SCHWENGBER, José E.; SCHIEDECK, Gustavo, CARDOSO, Joel H.; REICHERT, Lírio. Pesquisa participativa: o agricultor como sujeito da mudança. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 2, out. 2007. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/seeragroecologia/ojs/viewarticle.php?id=1143&layout=abstract>. Acesso em 28 fev.2011.

SILVA, Ana Paula. Demanda por informação: meios de comunicação mais utilizados, confiáveis e preferidos por agentes do agronegócio. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

– INTERCOM, 29; ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO, 6, 2006, Brasília, DF. **Anais...** São Paulo: INTERCOM, 2006. [CD-ROM]. Disponível em: http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/NP_interncom06DEMANDA.pdf. Acesso em 03 mar. 2011.

TORRES, Alex F.B.; FEITOZA, José M. R.; TEIXEIRA, Maria de Lourdes S.; FERREIRA, Paulo S.P.; BRAGA, Geraldo M. **A pedagogia da ação extensionista através da Radiodifusão**. S.l.: UNITAU, 2002. [Online]. Disponível em: [http://www.unitau.br/scripts/prpp\];g/humanas/download/apedagogia-N2-2002.pdf](http://www.unitau.br/scripts/prpp];g/humanas/download/apedagogia-N2-2002.pdf). Acesso em 28 fev. 2011.